

Contributos para melhoria da pesquisa em desenvolvimento sustentável: Convergências e Divergências

Bruno Cesar de Paiva e Silva

brunocesar.paiva@gmail.com

UFF – Universidade Federal Fluminense

ORCID: 0000-0002-9747-1516

Elaine Mara Marçal Machado

elainemmm@id.uff.br

UFF – Universidade Federal Fluminense

ORCID: 0000-0001-7744-9752

Mirian Picinini Méxas

mirian_mexas@id.uff.br

UFF – Universidade Federal Fluminense

ORCID: 0000-0003-4506-7009

Resumo:

Na segunda metade do século XX, ganham força diversas iniciativas para repensar o capitalismo tradicional e seu foco nos resultados de curto prazo, centrado em lucros e acionistas (*shareholder capitalism*), tais como o modelo *Triple Bottom Line*, o Capitalismo Consciente e o Capitalismo Natural. Neste contexto, o presente artigo busca ilustrar possíveis pontos de conexão e distensão entre os ideais de Desenvolvimento Sustentável e novas formas de pensar o Capitalismo. O objetivo desta pesquisa é identificar se as transformações ocorridas ao longo do tempo na definição de Desenvolvimento Sustentável, as metas apresentadas no Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as releituras do Capitalismo representam inovações conceituais relevantes e alinhadas em seus propósitos, onde foi embasado através da pesquisa bibliográfica exploratória com revisão da literatura. Como principais resultados, identificou-se a dificuldade percebida na literatura para encontrar uma definição do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Dada a subjetividade do tema, existem inúmeros indicadores e métricas para avaliação do desempenho das empresas e países, e não há um roteiro único a ser seguido.

Palavras-chave: Capitalismo, Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Abstract:

In the second half of the 20th century, various initiatives gained momentum to rethink traditional Capitalism and its focus on short-term results centered on profits and shareholders (*shareholder capitalism*), such as the Triple Bottom Line model, Conscious Capitalism, and Natural Capitalism. In this context, the present article seeks to illustrate possible points of connection and divergence between the ideals

of Sustainable Development and new ways of thinking about Capitalism. This research aims to identify whether the transformations that have occurred over time in the definition of Sustainable Development, the goals presented in the Sustainable Development Goals, and the reinterpretations of Capitalism represent relevant and aligned conceptual innovations in their purposes. This was supported through exploratory bibliographic research with a literature review. The main results identified include the difficulty perceived in the literature in finding a definition for Sustainable Development. Given the subjectivity of the topic, there are numerous indicators and metrics for evaluating the performance of companies and countries, and there needs to be a single roadmap to follow.

Keywords: Capitalism, Sustainability, Sustainable Development, Sustainable Development Goals.

1. Introdução

Esforços para amenizar os impactos socioambientais da atividade econômica e promover o desenvolvimento sustentável deram origem a medidas de contenção de danos, buscando a redistribuição de riqueza e a segurança social da população em estado de necessidade, com mais da metade dos países dispendo em suas constituições de mecanismos para garantia de renda à sua população (Sprague *et al.*, 2020).

Eventos de grande impacto e repercussão social foram seguidos por iniciativas que buscavam estimular e acelerar mudanças em tecnologias, processos, produtos e comportamentos de consumidores, governos, empresas e investidores, de forma a mitigar os impactos socioambientais da exploração da atividade econômica e os riscos destes eventos adversos, impulsionando ações de organizações não-governamentais, empresas e agentes públicos por maior responsabilidade nas atividades econômicas (Eccles *et al.*, 2020, Júnior *et al.*, 2023).

Neste contexto, o presente trabalho busca identificar conexões entre o Desenvolvimento Sustentável e novas visões do Capitalismo, e se as transformações ocorridas ao longo do tempo na definição de Desenvolvimento Sustentável, assim como as releituras do Capitalismo, representam inovações conceituais relevantes e alinhadas em seus propósitos.

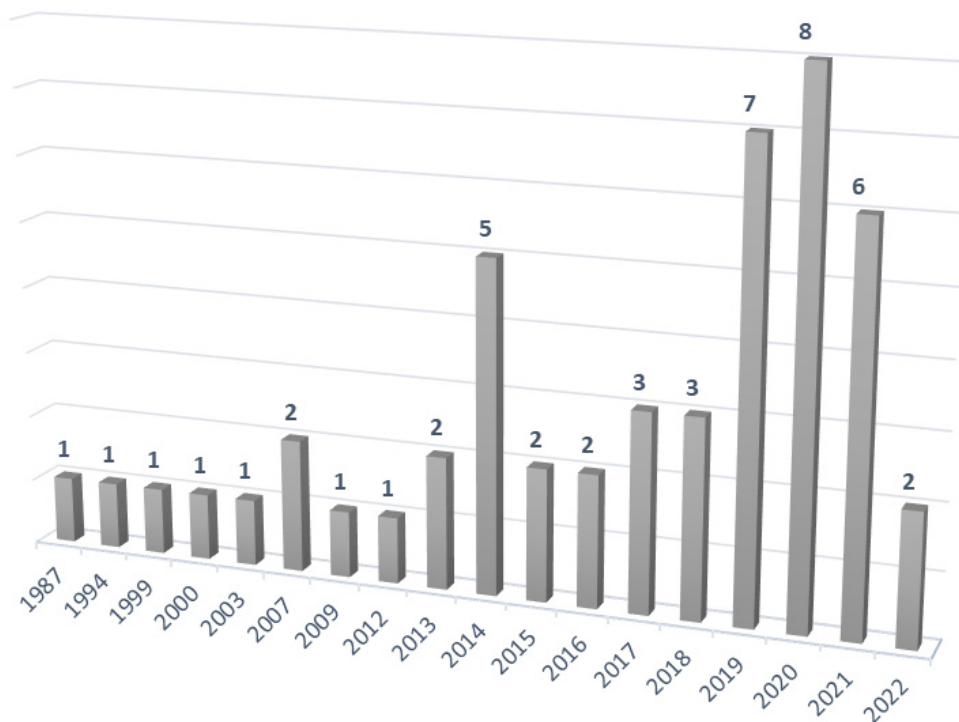
O presente trabalho apresenta conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e discussões sobre capitalismo reimaginado, trazendo uma visão consolidada e reflexiva a respeito, com estudo exploratório baseado em referências bibliográficas, com foco e discussões sobre esse tema.

2. Metodologia

Buscando maior aprofundamento sobre o tema, o presente artigo tem como base a dissertação “Visibilidade dos invisíveis: os pilares da diversidade no relato integrado”, Silva (2022). Além desse trabalho, utilizou-se pesquisa bibliográfica exploratória, através da revisão da literatura, como sugerido por Gil (2019, p. 78), em consulta às bases acadêmicas *Scopus* (Elsevier), *Web of Science* e *Scielo Citation Index*, *Emerald Insight*, *Wiley Online Library* e *SpringerLink*.

Como resultado, foram selecionados 48 trabalhos relevantes sobre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e desempenho econômico e social, referenciadas ao longo deste trabalho. Desse total, 26 artigos são recém-publicados, com menos de cinco anos, apresentando posicionamentos e provocações atuais sobre o tema. A Figura 1 apresenta, graficamente, o quantitativo de referências na linha do tempo.

Figura 1 – Quantidade de artigo citados



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

3. Revisão da literatura

3.1. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

A ideia de Sustentabilidade remonta ao século XVIII, com registro do trabalho de Hans Carl von Carlowitz. Em sua obra “*Sylvicultura oeconomica: Anweisung zur wilden Baumzucht*” (“Silvicultura econômica: instruções para arboricultura silvestre”), Carlowitz cunhou o termo Sustentabilidade, em alemão *Nachhaltigkeit*, para referir-se ao manejo sustentável de florestas para suprimento da indústria de mineração na região da Saxônia. Identificando questões como a necessidade de suprimento de madeira para alimentar os fornos da mineradora e o impacto da alta de preços do insumo em razão da crescente demanda, Carlowitz detalhou as instruções para o manejo sustentável de bosques de forma a garantir o suprimento necessário às atividades de mineração na região (Schmithuesen e Briales, 2003).

Como derivação da Sustentabilidade, o Desenvolvimento Sustentável envolve diversas nuances, agregadas, qualificadas e aprimoradas por teóricos do assunto, e estabelece o crescimento econômico inclusivo como um compromisso que eleva a noção de desenvolvimento para além das tradicionais melhorias em indicadores econômicos como Produto Interno Bruto (PIB) ou Renda *per capita*, buscando refletir a felicidade e o bem-estar humano (De Neve e Sachs, 2020; Easterlin, 2000). O Relatório Brundtland, publicado na 42.^a Assembleia Geral da ONU, em agosto de 1987, sintetiza o conceito de Desenvolvimento Sustentável como o crescimento econômico inclusivo, com uso racional de recursos naturais, proporcionando melhores condições de vida a todas as pessoas, independentemente de sua condição individual, e sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (ONU, 1987).

3.1.1. Métricas de Desenvolvimento Sustentável

Existem diversas tentativas de medir o desenvolvimento dos países, aplicando-se índices com focos, metodologias e fontes de dados diferentes, conforme a prioridade identificada por seus criadores. O Bem-Estar Subjetivo, representado pela sigla SWB (*Subjective Wellbeing*), como medida de desenvolvimento tem origens filosóficas na Grécia antiga. Esta medida de desenvolvimento vem ganhando espaço através de iniciativas em diversos países, com o apoio da ONU, migrando do campo teórico para o campo das políticas públicas. Pesquisas identificam correlações relevantes entre a percepção de bem-estar subjetivo da população com o desempenho do país em indicadores como expectativa de vida, renda e produtividade, fortalecendo a ideia de que o SWB deve ser expressamente um objetivo de políticas públicas,

pois reflete os interesses individuais da população (Dolan e Metcalfe, 2012; De Neve *et al.*, 2013; Frijters *et al.*, 2020).

O SWB tem uma versão global, o Índice Mundial de Felicidade (*World Happiness Index*), organizado pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, e pode ser medido através de pesquisas sobre a satisfação da população com a vida, experiências pessoais e propósitos. Segundo De Neve *et al.* (2013), os resultados obtidos pela aplicação da métrica do Índice Mundial da Felicidade apresentam consistência com dados objetivos sobre saúde, longevidade, renda, produtividade, comportamento organizacional, comportamento individual e social. Com isso, entende-se que avanços sociais e econômicos podem caminhar juntos se os recursos forem direcionados para aquilo que efetivamente interessa à população (De Neve *et al.*, 2013), respondendo à visão de mundo dos estratos sociais que compõem a sociedade, com suas percepções particulares sobre o caminho a se avançar e os objetivos a serem alcançados (Engelland, 2013).

Além de PIB, Renda *per capita* e SWB, existem diversas métricas para avaliar o nível de desenvolvimento de um país, com os mais variados critérios e prioridades, tais como Índice dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (*Sustainable Development Goals Index - SDGI*), Índice de Desenvolvimento Humano (*Human Development Index – HDI*, representado pelo acrônimo em português IDH), Índice de Liberdade Econômica (*Index of Economic Freedom - IEF*), Índice de Paz Global (*Global Peace Index - GPI*), Índice de Competitividade Global (*Global Competitiveness Index - GCI*), Índice de Proteção Ambiental (*Environmental Performance Index - EPI*), Índice de Percepção de Corrupção (*Corruption Perception Index - CPI*) e PIB *per capita*.

Ainda que o avanço na percepção de bem-estar subjetivo não seja visto como uma solução inequívoca para proporcionar o desenvolvimento, a modulação do indicador, que traz em si o incômodo moral de se determinar limites ao bem-estar da população, pode ter efeitos positivos na gestão de políticas públicas (Dolan e Metcalfe, 2012; De Neve *et al.*, 2013).

De Neve e Sachs (2020) realizaram estudo comparativo dos resultados e correlações dos indicadores de desenvolvimento com escala global citados no Tabela 1, com exceção do CPI, concluíram que há uma correlação positiva entre a maioria dos índices, refletindo avanços no bem-estar da população e nas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os índices de PIB *per capita* e IEF, por estarem mais ligados ao crescimento econômico e às condições necessárias para sua concretização, e o GPI, que se prestaria mais a uma medida de força militar do que da qualidade de vida da população, foram as exceções às correlações positivas identificadas no estudo.

Tabela 1 - Métricas de Desenvolvimento Global

Nomenclatura do Índice	Organização responsável	O que é medido?
<i>World Happiness Index</i>	Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU <i>Sustainable Development Solutions Network – SDSN</i>	Bem-estar subjetivo da população
<i>Sustainable Development Goals Index - SDGI</i>	Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU	Progresso nos ODS
<i>Human Development Index – HDI</i>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD <i>United Nations Development Programme – UNDP</i>	Expectativa de vida, Acesso à educação e Padrão de vida
<i>Index of Economic Freedom – IEF</i>	<i>The Heritage Foundation</i>	Fatores relacionados com Estado de Direito, Eficiência do Estado, Eficiência Regulatória e Abertura de Mercado
<i>Global Peace Index – GPI</i>	<i>Institute for Economics and Peace (IEP)</i>	Estado de paz em relação a questões internas e externas ao país
<i>Global Competitiveness Index – GCI</i>	Fórum Econômico Mundial, <i>World Economic Forum</i>)	Nível de competitividade econômica
<i>Environmental Performance Index - EPI</i>	<i>Yale Center for Environmental Law & Policy</i>	Cumprimento das metas ambientais dos ODS
<i>Corruption Perception Index – CPI</i>	Transparência Internacional <i>Transparency International</i>)	Percepção de corrupção no Setor Público

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

3.1.2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os ODS são a evolução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que representaram a preocupação crescente com os “5Ps”: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. A adoção de medidas contra a pobreza, fome, doenças, desigualdade de gênero e degradação ambiental serve de mobilizador importante para promover o engajamento internacional e a formulação de políticas públicas, contemplando objetivos e métricas claras.

Os ODS, listados no Tabela 2 a seguir, trazem a iniciativa privada para o centro do debate e constituem um compromisso baseado nos princípios da proteção aos Direitos Humanos, ao Trabalho, ao Meio Ambiente e ao Combate à Corrupção (ONU, 2015), que envolve governos e empresas de todo o mundo e coloca em evidência a necessidade de se conciliar desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e inclusão social, ainda que não exista consenso sobre a correlação entre este tripé de prioridades (Díaz-López *et al*, 2021).

Tabela 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo 1.	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
Objetivo 2.	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
Objetivo 3.	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
Objetivo 4.	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Objetivo 5.	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
Objetivo 6.	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos
Objetivo 7.	Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia
Objetivo 8.	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
Objetivo 9.	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
Objetivo 10.	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
Objetivo 11.	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Objetivo 12.	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
Objetivo 13.	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos
Objetivo 14.	Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
Objetivo 15.	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
Objetivo 16.	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
Objetivo 17.	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: *UN Global Compact*

Os ODS estabelecem metas para o combate à pobreza e à fome, a universalização do acesso à educação, à água, ao saneamento, à saúde, à energia e à moradia, a igualdade de gênero, a proteção do trabalho e a redução das desigualdades. As metas dos ODS tratam de áreas consideradas essenciais, reflexo de um movimento global que expressa a demanda da sociedade por uma economia inclusiva e sustentável, destacando-se o respeito aos direitos humanos e a promoção da diversidade e da inclusão social como importantes pilares da construção de uma economia do futuro.

Contudo, a iniciativa enfrenta críticas por seu caráter não-impositivo e pela dificuldade de gerenciamento dos resultados com base nos dados disponíveis, principalmente sobre aspectos ambientais (Swain, 2017). Os ODS apresentam grande subjetividade e uma ausência de

coordenação explícita entre eles, que em grande parte é proposital para permitir a adaptabilidade de metas amplas relacionadas a cada Objetivo, um ponto essencial para que os países possam perseguí-los (Swain, 2017).

De Neve e Sachs (2020) identificaram pontos críticos adicionais entre os ODS, como a correlação negativa entre crescimento econômico e metas ambientais. No curto prazo, o desenvolvimento sustentável e a noção de bem-estar da população são conflitantes com as metas dos Objetivos 12 e 13, que tratam de padrões de consumo e produção sustentáveis e adoção de medidas urgentes para conter as mudanças climáticas, respectivamente.

Reduzir a pobreza é uma necessidade urgente e deve ser tratada almejando resultados positivos imediatos, pois “quem tem fome, tem pressa”, nas palavras imortalizadas pelo sociólogo brasileiro Herbet de Souza. Estimativas da *Food and Agriculture Organization* (FAO) sobre a fome indicam que, no ano de 2020, entre 720 e 811 milhões de pessoas enfrentaram a fome e 2,37 bilhões não tiveram acesso a alimentação adequada ao longo do ano, números que representam um crescimento de 19% e 13%, respectivamente, sobre o levantamento realizado no ano anterior (FAO *et al.*, 2021). Os números tornam-se ainda mais alarmantes em razão de um terço dos alimentos produzidos no mundo serem desperdiçados anualmente, uma perda equivalente a 1,2 trilhão de dólares, sendo que ao menos metade destas perdas seriam evitáveis (Hegnsholt *et al.*, 2018).

Com a redução da pobreza e das desigualdades, uma parcela da população antes economicamente excluída passa a consumir, o que gera impactos ambientais no curto prazo. Daí que, em sentido contrário, os países com piores indicadores nos ODS 12 e 13, ou seja, aqueles que mais poluem, tendem a ter melhor avaliação de bem-estar da população, enquanto os países com baixas emissões e menor consumo e produção necessitam de maior gasto de energia para alcançar o crescimento econômico que levará ao desenvolvimento sustentável, elevando suas emissões de gases e poluentes. O consumo está diretamente associado ao crescimento econômico e à noção de bem-estar da sociedade, desenvolvendo potencial para impactar o apoio da população ao seu governo e afetar a estabilidade política e social, de forma que a gestão dos ODS 12 e 13 deve adotar as cautelas necessárias para proteção dos meios de subsistência e do bem-estar da população local (De Neve e Sachs, 2020).

O achado de De Neve e Sachs (2020) é corroborado por outros estudos, apontando que o aumento do consumo proporcionado pela redução da pobreza (ODS 1) e das desigualdades (ODS 10) tem interações negativas no curto prazo com as metas de geração de energia limpa do ODS 7 e de combate às mudanças climáticas do ODS 13, ainda que no longo prazo as iniciativas sejam convergentes (Swain, 2017; Lusseau e Mancini, 2019; Kroll *et al.* 2019).

Lusseau e Mancini (2019) e Kroll *et al.* (2019) avaliaram as interações entre os ODS e identificaram que reduzir a pobreza e as desigualdades, gerar empregos, incentivar a inovação, elevar a oferta de energia limpa e ampliar a infraestrutura trazem efeitos positivos e sinergias aos demais ODS. Contudo, sem os recursos adequados e um elenco de prioridades ajustado às características regionais, alguns dos ODS impõem aos países *trade-offs* relevantes que podem impedir o avanço da própria iniciativa. A gestão das interações dos ODS 13 e 14 com os demais é a principal fonte de obstáculos para atingir as metas de 2030 em todos os países.

O combate à corrupção se une ao respeito pelos direitos humanos e ao uso racional de recursos naturais nas agendas de instituições públicas e privadas, impelidas a distanciarem seus produtos e processos de elementos vistos como impróprios. Exemplo disso é o resultado da pesquisa promovida pelo *Reputation Institute* em 2019, onde consumidores ouvidos pela consultoria em reputação organizacional indicaram que a boa reputação, em práticas de governança e cidadania, não está entre os principais fatores de decisão do consumidor na escolha de um produto, mas a má reputação nestas práticas é um dos principais critérios na decisão de deixar de consumir um produto (Reputation Institute, 2019).

No contexto recente, a corrupção percebida pela população em iniciativas de enfrentamento à pandemia de covid-19 afetou negativamente os esforços para contenção dos danos, prolongando a crise sanitária e gerando impactos inclusive sobre a estabilidade democrática dos países, com aumento do número de conflitos e manifestações violentas. O cenário de instabilidade política interna e externa elevou os gastos militares dos países para 11,6% do PIB global, em detrimento da utilização destes recursos no combate aos efeitos da pandemia (Transparency International, 2021; IEP, 2021).

3.2. Capitalismo reimaginado

Jacobs e Mazzucato (2016), analisando a crise financeira de 2008, concluem ser necessária uma nova visão econômica, para alcançar abordagens políticas e estruturas mentais da Economia que integrem incentivos e propósitos, tais como as novas formas de organização econômica e empresarial que surgiram ao longo das últimas décadas, algumas delas propondo um capitalismo reimaginado.

A Economia, segundo Tirole (2020), deve ser integrada a outros campos do conhecimento humano, como a Sociologia, Psicologia e a Política, em especial na formulação de políticas públicas, para considerar a forma como reagimos a incentivos materiais ou sociais e determinarmos nossos comportamentos. A sua percepção das diversas influências sobre o

cidadão na construção de seu comportamento é observada também por Kalamas *et al.* (2014), que analisaram a reação dos consumidores aos incentivos que o ambiente social proporcionou para adoção de práticas de consumo sustentáveis.

3.2.1. Triple-Bottom Line

O *Triple-Bottom Line*, conceito criado em 1994 por John Elkington e consagrado em seu livro “*Cannibals with Forks*”, traz uma abordagem sobre o valor agregado pelas empresas em três dimensões, chamadas de 3Ps (*Profit, Planet e People*): desempenho econômico, impacto ambiental e impacto social. O tripé de prosperidade econômica, proteção ambiental e igualdade social proposto por Elkington busca recriar uma cultura capitalista através da rastreabilidade dos impactos positivos e negativos das atividades humanas e da cooperação entre os capitais financeiro, natural e social. Porém, percebe-se que sua adoção ocorre de forma limitada, como um modelo contábil de *accountability*, restrito a organizar as informações em relatórios corporativos (Rambaud e Richard, 2015; Elkington, 2018).

John Elkington (1994) entende que as empresas devem enfrentar o desafio de cooperar com todos os públicos de interesse, incluindo funcionários, clientes e concorrentes, para gerar vantagens competitivas duradouras e benefícios em cidadania corporativa. Em sua teoria, Elkington (1994) parte da premissa de grande parte da população estar disposta a arcar com os custos de uma mudança profunda no capitalismo tradicional, mas esta adesão não se mostrou absoluta. Consumidores não demonstram fidelidade a produtos e marcas ditos sustentáveis por diversos motivos, tais como: não se sentirem responsáveis pela mudança, não acreditarem no impacto do produto ou por não acreditarem nas motivações das empresas (Kalamas *et al.*, 2014; Eckhardt e Dobscha, 2019; Chiarini, 2019).

3.2.2. Capitalismo Consciente

Os 3Ps de Elkington são ressignificados por John Mackey e Rajendra Sisodia nos anos 2000 com a criação do Capitalismo Consciente, movimento que propõe uma abordagem filosófica e holística sobre as atividades empresariais. Os valores *Profit, Planet and People*, propostos por Elkington (1994), dão lugar à expressão *Profit from Passion and Purpose*, lema do Capitalismo Consciente. Mackey e Sisodia (2013) propõem que líderes empresariais sejam servientes e espiritualmente evoluídos, guiados pelo propósito do desenvolvimento através da interdependência, na qual o bem da comunidade é um pré-requisito para se alcançar o bem pessoal, incluindo nos processos decisórios da empresa, ao lado do lucro, o respeito ao meio

ambiente e a satisfação e bem-estar de todas as suas partes relacionadas (Sisodia, 2009; Frémeaux e Michelson, 2017).

Em termos práticos, o conceito não é de fácil aplicação, pois requer um pacto tácito com os consumidores, que devem estar dispostos a pagar pelos custos da integração de interesses de todas as partes relacionadas (Eckhardt e Dobscha, 2019). Mesmo que o Capitalismo Consciente seja um conceito novo e ainda em construção, a interpretação de que a liderança empresarial deve ser espiritualizada pode tornar-se excludente e não trazer respostas objetivas para muitas questões práticas, transferindo grande parte da responsabilidade para um propósito individual das pessoas (DION, 2021), ainda que o papel moderador da religiosidade seja reconhecido tanto na atuação das empresas quanto na percepção de valor pelos consumidores (Hopkins *et al.*, 2014).

3.2.3. Capitalismo Natural

No mesmo ano em que John Elkington criou o *Triple Bottom-Line*, Paul Hawken, Amory Lovins e L.Hunter Lovins uniram esforços para desenvolver o conceito de Capitalismo Natural, que propõe uma utilização mais eficiente e eficaz dos recursos naturais. Os autores identificam que a disponibilidade de recursos naturais será um limitador ao desenvolvimento econômico no futuro, de forma que propõem ajustes no foco dos esforços do capitalismo para a melhoria da produtividade dos recursos disponíveis, alinhada com a redução das desigualdades e a liberdade para o bem-estar da população (Hawken *et al.*, L., 2007).

4. Análise e discussão dos resultados

Ativos financeiros associados ao Desenvolvimento Sustentável evoluíram rapidamente nos últimos dez anos, somando 120 trilhões de dólares sob gestão dos signatários dos Princípios de Investimento Responsável. Diante desse montante, gestores públicos e privados precisaram adequar seus posicionamentos para atender a *stakeholders*. Um exemplo é que o número de empresas apresentando informações sobre Sustentabilidade em seus relatos corporativos foi de 20 em 1990 para 8.500 em 2014 (Kotsantonis *et al.*, 2016). Porém, Brito, Dias e Zaro (2022) identificaram que é possível a ocorrência de *greenwashing* inclusive através de Relatórios de Sustentabilidade, quando empresas utilizam divulgação seletiva de informações, oferecendo maior destaque para temas e métricas onde obtiveram avanços, em detrimento de métricas com baixo desempenho.

Governos e empresas se posicionam como socialmente responsáveis com certa facilidade, pois a proliferação de índices e *rankings* de desempenho gera mais turbidez do que clareza para seus públicos de interesse, podendo ter efeitos contrários, ou seja, ocultando deméritos que gestores não gostariam de ver expostos (Christensen *et al.*, 2021). Empresas e governos podem utilizar-se de publicidade favorável explorando informações incompletas, parcialmente corretas ou neutras para promover credenciais de sustentabilidade e aumentar ganhos políticos e econômicos (Kaplan e Ramanna, 2021), mas relutam em repensar processos e impactos socioambientais quando esta atividade é vista como ameaça à sua vantagem competitiva, principalmente se operam em jurisdições com legislações mais flexíveis (Kalamas *et al.*, 2014).

O perfil multidisciplinar da abordagem do Desenvolvimento Sustentável é um fator que influencia a amplitude dos conceitos (Montiel e Delgado-Ceballos, 2014). Há dificuldade em se estabelecer uma definição objetiva e definitiva do que é Desenvolvimento Sustentável, de forma que tal limitação permite utilizações oportunísticas e produz um efeito nocivo que é a possibilidade de se usar o termo para expressar qualquer iniciativa de forma quase aleatória (Rambaud e Richard, 2015).

Existem inúmeros indicadores e métricas para avaliar o desempenho de países e empresas, com focos distintos e avaliando questões e profundidades igualmente diversificadas. O volume de informação disponível não é necessariamente uma fonte de conhecimento. Pelo contrário, é capaz de gerar confusão sobre os resultados apresentados por empresas, agências e organizações avaliadoras, de forma que não há consistência entre os resultados das mesmas empresas por avaliadores diferentes, mesmo quando comparadas as análises sobre informações objetivas (Kotsantonis e Serafeim, 2019; Eccles *et al.*, 2020; Berg; Kölbl e Rigobon, 2020; Diez-Cañamero *et al.*, 2020).

Em relação aos países, nenhuma conseguiu a objetividade de indicadores econômicos tradicionais, como o PIB, e o apoio de *stakeholders* para estabelecer-se como referencial global, que se imagina ocorrer através de um novo conjunto de métricas capaz de integrar ecologia, economia, psicologia e sociologia (Kassai e Carvalho; Kassai, 2019; Costanza *et al.*, 2014), ainda que exista correlação entre medidas de bem-estar da população com o bom desempenho de alguns dos variados indicadores de desenvolvimento (De Neve e Sachs, 2020).

Por fim, as preocupações com a erradicação da pobreza e com o tratamento adequado às desigualdades destacam o papel da inclusão social e a contribuição da ONU para uma justiça social efetiva, através da criação de “redes de proteção social e outras medidas destinadas a limitar a volatilidade econômica e compensar as vítimas de falhas do mercado” (ONU, 1999),

reforçando a necessidade de um esforço coletivo para defesa de valores compartilhados em direitos humanos, normas trabalhistas e práticas ambientais.

5. Conclusão

A crise financeira global de 2008 não afetou o conceito de Desenvolvimento Sustentável, mas alterou a percepção de valores que já eram debatidos antes da crise, mantendo a importância da mitigação dos impactos ambientais e sociais, além de realçar questões de risco financeiro. Na segunda metade do século XX ganham força diversas iniciativas para repensar o capitalismo tradicional e seu foco nos resultados de curto prazo, centrado em lucros e acionistas (*shareholder capitalism*). Contudo, além do desafio da dependência de um propósito individual das pessoas, é necessário também convencer o consumidor a pagar os custos oriundos do alinhamento de interesses entre as partes relacionadas, o que se verifica não ocorrer atualmente.

A grande subjetividade e ausência de coordenação explícita entre os ODS são pontos críticos, que se somam à correlação negativa entre crescimento econômico e metas ambientais, pois o consumo está diretamente associado à noção de bem-estar da sociedade.

Das novas medidas de riqueza e desenvolvimento criadas, nenhuma delas conseguiu a objetividade de indicadores econômicos tradicionais, como o PIB, criado em 1937 por Simon Kuznets e adotado desde 1944, e o apoio de *stakeholders* para estabelecer-se como referencial global.

A amplitude do tema Desenvolvimento Sustentável impede a definição de um roteiro único a ser replicado em todo o mundo. Porém, entende-se que pesquisas futuras podem identificar um novo conjunto de métricas capaz de integrar ecologia, economia, psicologia e sociologia, correlacionando medidas de bem-estar da população com o bom desempenho em alguns desses variados indicadores de desenvolvimento.

Referências

- Berg, F.; Kölbel, J.; Rigobon, R.. Aggregate Confusion: *The Divergence of ESG Ratings*. 17 de maio. 2020.
- Brito, A. C. F. M; Dias, S. L. F; G.; Zaro, E. S. *Corporate socioenvironmental report and greenwashing: analysis of a Brazilian mining company*. Cadernos EBAPE. BR, v. 20, p. 234-246, 2022.
- Christensen, D. M.; Serafeim, G.; Sikochi, Anywhere. *Why is Corporate Virtue in the Eye of the Beholder? The Case of ESG Ratings*. The Accounting Review. 26 de fevereiro. 2021.

- Costanza, R.; Kubiszewski, I.; Giovannini, E.; Lovins, H.; Mcglade, J.; Pickett, K. E.; Ragnarsdóttir, K. V.; Roberts, D.; De Vogli, R.; Wilkinson, R.. *Development: time to leave GDP behind*. Nature 505, 283–285, 2014.
- De Neve, J-E.; Diener, E.; Tay, L.; Xuereb, C. *The objective benefits of subjective well-being*. In Helliwell, J., Layard, R., & Sachs, J., eds. World Happiness Report 2013. New York, 2013. UN Sustainable Development Solutions Network.
- De Neve, J-E; Sachs, J. D. *Sustainable development and human well-being*. World happiness report, p. 112-127, 2020.
- Díaz-López, C.; Martín-Blanco, C.; De La Torre B., J.J.; R-R. B.; Zamorano, M. *Analyzing the Scientific Evolution of the Sustainable Development Goals*. Appl. Sci. 2021, 11, 8286.
- Diez-Cañamero, B.; Bishara, T.; Otegi-Olaso, J. R.; Minguez, R.. Fernández, J. M. *Measurement of Corporate Social Responsibility: A Review of Corporate Sustainability Indexes, Rankings and Ratings*. Sustainability, v. 12, n. 5, p. 2153, 10 mar. 2020.
- Dion, M. *Conscious capitalism and the organizational propensity to fight corruption*. Journal of Financial Crime, Vol. 28 No. 3, pp. 686-701, 2021.
- Dolan, P.; Metcalfe, R. *Measuring Subjective Wellbeing: Recommendations on Measures for use by National Governments*. Journal of Social Policy, Volume 41, Issue 2, pp. 409 – 427. Abril. 2012.
- Easterlin, R. A. *The Worldwide Standard of Living Since 1800*. Journal of Economic Perspectives. Volume 14, Number 1, Winter 2000, Pages 7-26.
- Eccles, R. G.; Lee, L-E.; Strohle, J. C. *The Social Origins of ESG: An Analysis of Innovest and KLD*. Organization & Environment. Vol. 33(4), 575–596. 2020.
- Eckhardt, G.M., Dobscha, S. *The Consumer Experience of Responsibilization: The Case of Panera Cares*. J Bus Ethics 159, 651–663. 2019.
- Elkington, J. *25 years ago I coined the phrase “triple bottom line”. Here’s why it’s time to rethink it*. HBR, v. 25, p. 2-5, 2018.
- Elkington, J. *Towards the Sustainable Corporation: Win-Win-Win Business Strategies for Sustainable Development*. California Management Review, 36(2), p.90–100, 1994.
- Engelland, B. T. *Religion, humanism, marketing, and the consumption of socially responsible products, services, and ideas: Introduction to a special topic section*. Journal of Business Research. Volume 67, Issue 2, p.1-4. fevereiro. 2014.
- FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations, IFAD – International Fund for Agricultural Development, UNICEF - United Nations International Children's Emergency Fund, WFP – World Food Programme; e WHO – World Health Organization. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all*. FAO. Roma: 2021.
- Frémeaux, S., Michelson, G. *The Common Good of the Firm and Humanistic Management: Conscious Capitalism and Economy of Communion*. J Bus Ethics 145, 701–709. 2017.
- Frijters, P.; Clark, A.; Krekel, C.; Layard, R. *A happy choice: Wellbeing as the goal of government*. Behavioural Public Policy, 4(2), pp. 126 - 165. Julho. 2020.
- Gil, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social* Gil, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

- Hawken, P.; Lovins, A.; Lovins, L.H. *Capitalismo Natural: criando a próxima revolução industrial*. Tradução Luiz A. de Araújo, Maria Luiza Felizardo. São Paulo: Cultrix, 2007.
- Hegnsholt, E.; Unnikrishnan, S.; Pollmann-Larsen, M.; Askelsdottir, B.; Gerard, M.. *Tackling the 1.6-Billion-Ton Food Loss and Waste Crisis*. Boston Consulting Group, with Food Nation and State of Green. 20 de agosto. 2018.
- Hopkins, C. D.; Shanahan, K. J.; Raymond, M.A. *The moderating role of religiosity on nonprofit advertising*. Journal of Business Research. Volume 67, Issue 2, Pages 23-31. fevereiro. 2014
- IEP - Institute for Economics & Peace. *Global Peace Index 2021: Measuring Peace in a Complex World*. Sydney: June 2021.
- Kalamas, M.; Cleveland, M.; Laroche, M. *Pro-environmental behaviors for thee but not for me: Green giants, green Gods, and external environmental locus of control*. Journal of Business Research, v. 67, n. 2, p. 12-22, 2014.
- Kaplan, R. S; Ramanna, K. *How to Fix ESG Reporting*. Harvard Business School Accounting & Management Unit, Working Paper No. 22-005, CeCAR Working Paper Series No. Forthcoming. 27 de julho. 2021.
- Kassai, J.B.; Carvalho, L. N.; Kassai, J.R.S. *Contabilidade ambiental: relato integrado e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2019.
- Kölbel, J. F.; Busch, T.; Jancso, L. M. *How media coverage of corporate social irresponsibility increases financial risk*. Strategic Management Journal, v. 38, n. 11, p. 2266-2284, 2017.
- Kotsantonis, S., Pinney, C., Serafeim, G. *ESG Integration in Investment Management: Myths and Realities*. Journal of Applied Corporate Finance, Volume 28, Ed. 2, pp. 10-16, 2016.
- Kotsantonis, S.; Serafeim, G. *Four Things No One Will Tell You About ESG Data*. Journal of Applied Corporate Finance 31 (2), publicado em 15 de julho de 2019, páginas 50-58.
- Kroll, C.; Warchold, A.; Pradhan, P. *Sustainable Development Goals (SDGs): Are we successful in turning trade-offs into synergies?* Palgrave Commun 5, 140. 2019.
- Lovins, A. B.; Lovins, L. H.; Hawken, P. *A road map for natural capitalism*. HBR. HBR. Managing for the long term. Julho-Agosto, 2007.
- Lusseau, D., Mancini, F. *Income-based variation in Sustainable Development Goal interaction networks*. Nat Sustain 2, 242–247. 2019.
- Júnior, P. C. F., Machado, E. M. M., Meiriño, M. J., Quelhas, O. L. G., & Mexas, M. P. (2023). Júnior, P. C. F., Machado, E. M. M., Meiriño, M. J., Quelhas, O. L. G., & Mexas, M. P. (2023). Governança Corporativa, Sustentabilidade e Responsabilidade Social: Estudo Bibliométrico, suas Relações e Contribuições às Organizações. *TMQ – TECHNIQUES, METHODOLOGIES AND QUALITY*, (Número Especial – Gestão e Melhoria|2023).
- Mackey, J.; Sisodia, R. S. *Conscious capitalism is not an oxymoron*. HBR, 14 jan. 2013.
- Montiel, I.; Delgado-Ceballos, J. *Defining and Measuring Corporate Sustainability: Are We There Yet?* Organization & Environment 27, no. 2, 113–39. Junho. 2014
- ONU – Organização das Nações Unidas. *10 Princípios de Desenvolvimento Sustentável*. 2015. Disponível em <https://www.pactoglobal.org.br/10-principios>

- Rambaud, A.; Richard, J. The “*Triple Depreciation Line*” instead of the “*Triple Bottom Line*”: Towards a genuine integrated reporting. *Critical Perspectives on Accounting*. Volume 33, Pages 92-116. Dezembro. 2015.
- Reputation Institute. Brazil RepTrak® 100 Study 2019: *Tendências de Reputação Corporativa no país*. Relatório de Principais Achados. Abril 2019.
- Schmithuesen, F.; Briales, E.R. *300 Anos de Sostenibilidad Aplicada en el Sector Forestal* – Hans Carl Von Carlowitz 1645-1714. Cuadernos de la Sociedad Española de Ciencias Forestales, [S. l.], n. 38, 2003.
- Silva, B. C. P. *Visibilidade dos invisíveis: os pilares da diversidade no relato integrado*. Niterói / RJ / Brasil: Universidade Federal Fluminense, 2022.
- Sisodia, R. S. *Doing business in the age of conscious capitalism*. Journal of Indian Business Research, Vol. 1 No. 2/3, pp. 188-192. 2009.
- Sprague, A.; Raub, A.; Heymann, J. *Providing a foundation for decent work and adequate income during health and economic crises: constitutional approaches in 193 countries*, International Journal of Sociology and Social Policy, Vol. 40 No. 9/10, pp. 1087-1105. 2020.
- Steinmeier, M. F. *In Sustainability Departments? An Exploratory Study*. J Bus Ethics 138, 477–492, 2016.
- Swain, R. B. *A Critical Analysis of the Sustainable Development Goals*. Handbook of Sustainability Science and Research. World Sustainability Series. Springer, pp.341–355, 2017.
- Tirole, J. *Economia do bem comum*. Tradução André Telles. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- Transparency International. *Corruption Perceptions Index 2020*. Disponível em https://images.transparencycdn.org/images/CPI2020_Report_EN_0802-WEB-1_2021-02-08-103053.pdf.
- UN - United Nations. Report of the World Commission on Environment and Development: *Our Common Future*. Development and International Economic Co-Operation: Environment. Nova York: 1987.
- UN - United Nations. Secretary-General proposes Global Compact on Human Rights, Labour, Environment, in address to World Economic Forum in Davos. Press Release SG/SM/6881. 1999.

Authors Profiles

Bruno Cesar de Paiva e Silva, Lawyer, graduated in Law from the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO). He holds a Master's in Management Systems from Fluminense Federal University (UFF). He has Executive Training in Governance, Risks, and Compliance from the Risk University - Executive of KPMG Business School.

Elaine Mara Marçal Machado received a Master's in Sustainable Management Systems at Fluminense Federal University UFF in 2021. She is the Director of the Information Technology area, Head of technology professional services, and Implementation of quality management certifications. Her research interests are Information Technology, Quality Manager, Processes, and Projects Management.

Mirian Picinini Méxas is Ph.D in Civil Engineering from Fluminense Federal University (UFF), Brazil; Professor of the Actuarial Sciences and Finance Department at UFF; and Professor of the PhD Program in Sustainable Management Systems PPSIG UFF and Master Program in Management Systems MSG UFF. Her research interests are in the areas of Information Technology, Quality Manager, Processes, and Projects Management.